

BULGÁRIA

REPÚBLICA DA BULGÁRIA

Chefe de Estado:	Georgi Parvanov
Chefe de Governo:	Boyko Borissov
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	7,4 milhões
Esperança média de vida:	73,4 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	10 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	98,3 por cento

As autoridades foram criticadas por não terem evitado a violência contra ciganos, que alastrou pelo país em setembro. Uma manifestação de apoiantes de um partido político de "extrema-direita" resultou num violento ataque contra muçulmanos em Sófia. Requerentes de asilo foram rotineiramente detidos, violando a legislação nacional e da UE.

Discriminação

Em julho, o Comitê dos Direitos Humanos da ONU manifestou a sua preocupação relativamente à discriminação generalizada enfrentada pelos ciganos no acesso à justiça, emprego e serviços como habitação e educação. O Comitê lembrou a obrigação das autoridades de prevenir, investigar e punir crimes de ódio e perseguição contra minorias e comunidades religiosas, principalmente ciganos e muçulmanos.

Ataques violentos contra ciganos

A violência contra ciganos alastrou na Bulgária depois de um não-cigano ter sido atropelado por um miniautocarro conduzido por um motorista cigano em Katunitza, a 24 de setembro. O incidente deu origem a manifestações de fortes sentimentos anti ciganos. Em Katunitza, várias casas pertencentes a ciganos foram incendiadas. Várias ONG, incluindo o Comitê de Helsínquia da Bulgária, criticaram as autoridades pela demora na tomada das medidas necessárias para travar a violência. Segundo as informações, só passados alguns dias é que a polícia começou a guardar as entradas dos bairros ciganos e prendeu mais de 350 pessoas. Segundo os órgãos de comunicação social, o Procurador-Geral respondeu aos protestos enviando instruções aos procuradores regionais lembrando a necessidade de dar resposta a atos equivalentes a violência por motivos raciais, religiosos e étnicos.

Foram concluídos vários processos criminais contra indivíduos detidos durante e após os protestos.

Ataques violentos contra muçulmanos

A 20 de maio, muçulmanos foram atacados quando rezavam em frente à Mesquita de Banya Bashi, em Sófia, quando uma manifestação organizada pelo partido nacionalista União Nacional Ataque (Ataka) se tornou violenta. Segundo as informações, quatro muçulmanos e uma deputada do Ataka ficaram feridos. Foi aberta uma investigação, mas o Comitê de Helsínquia da Bulgária denunciou que os ataques foram julgados como "vandalismo" em vez de atos de violência discriminatória.

O ataque foi referido com preocupação pelo Comité dos Direitos Humanos da ONU, que criticou as autoridades pelo deficiente reforço da legislação anti discriminação existente.

Ataques violentos contra pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgéneros

A 18 de junho, na sequência do desfile do Orgulho Gay de Sófia, cinco voluntários foram atacados por um grupo de desconhecidos. Os ativistas, três dos quais sofreram ferimentos ligeiros, suspeitam que os atacantes os seguiram após terem deixado o desfile. Os ativistas manifestaram preocupação de que o incidente fosse tratado pelas autoridades como vandalismo em vez de crime de ódio, porque o Código Penal búlgaro não reconhece a orientação sexual como possível motivação para este tipo de crimes. Segundo o ministro do Interior, a investigação policial ao caso foi encerrada sem que os perpetradores tivessem sido identificados.

Sistema judicial

Em novembro, o Comité da ONU contra a Tortura notou com preocupação a falta de transparência na seleção e nomeação de juizes e membros do Conselho Superior da Magistratura. O Comité considerou que o princípio da independência judiciária não tinha sido respeitado por altos responsáveis governamentais e que não era plenamente aplicado no poder judicial.

■ Em dois casos, *Kanchev v. Bulgária* e *Dimitrov e Hamanov v. Bulgária*, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem considerou que a Bulgária tinha violado o direito a uma audiência em tempo razoável e o direito a uma compensação efetiva. Em fevereiro, o Tribunal considerou que o primeiro direito tinha sido violado no caso de um homem que teve de esperar 12 anos e 4 meses pela conclusão do processo judicial de que era alvo. Em maio, o Tribunal chegou à mesma conclusão num caso que envolvia duas pessoas cujos processos demoraram 10 anos e 8 meses, e 5 anos e 3 meses, respetivamente.

Tortura e outras formas de maus-tratos

Em novembro, o Comité contra a Tortura manifestou preocupação relativamente ao uso excessivo da força e de armas de fogo pelas forças de segurança. O Comité exortou a Bulgária a tomar medidas para erradicar todas as formas de perseguição e maus-tratos por parte da polícia durante as investigações.

Instituições de saúde mental

■ Em fevereiro, o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem julgou o caso de um homem colocado sob tutoria e conseqüentemente internado num lar da segurança social para pessoas com problemas psiquiátricos em Pastra. O homem queixara-se de que as condições no lar equivaliam a maus-tratos e que a sua privação de liberdade era ilegal e arbitrária.

Refugiados e requerentes de asilo

Em novembro, o Comité de Helsínquia da Bulgária denunciou que requerentes de asilo tinham sido mantidos sob detenção pelas autoridades, em violação da legislação nacional e da Diretiva da UE sobre Procedimentos de Asilo. Segundo as informações,

cerca de 1000 requerentes de asilo encontravam-se detidos nos centros de detenção de Liubimets e Busmansti. O diretor da Agência Estatal para os Refugiados afirmou que a capacidade limitada dos centros de acolhimento abertos tinha obrigado a esta prática. O projeto da Estratégia Nacional de Asilo, Migração e Integração reconhecia igualmente que a Bulgária não tinha capacidade institucional para cumprir os requisitos básicos para o acolhimento de requerentes de asilo.

■ Em julho, o Tribunal de Plovdiv recusou a extradição de um homem de etnia chechena, Ahmed Razhapovich Chataev, para a Rússia. A Áustria tinha concedido estatuto de refugiado a Ahmed Chataev em 2003. Segundo as informações, foi detido a 19 de maio quando tentava atravessar a fronteira entre a Bulgária e a Turquia. O motivo para a sua detenção foi o pedido de extradição apresentado pelo Gabinete do Procurador-Geral da Federação Russa, alegando que ele era acusado de incitamento ao terrorismo e financiamento de atividades terroristas. O Tribunal de Plovdiv considerou que o estatuto de refugiado de Ahmed Chataev era válido na Bulgária. Várias ONG manifestaram preocupação pelo facto de ele correr risco real de sofrimento, incluindo tortura e outras formas de maus-tratos, se fosse extraditado para a Rússia.

Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional

🚗 Delegados da Amnistia Internacional visitaram a Bulgária em junho.

📄 Bulgaria: Authorities must urgently act to stop the escalation of violence targeting the Roma community (EUR 15/002/2011)